

O desafio de trabalhar relações étnico-raciais no ensino de Ciências Sociais no Ensino Médio

Celia Elizabete Caregnato¹
Rosimeri Aquino da Silva²
Guilherme de Oliveira Soares³

Introdução

As relações étnico-raciais compõem, de forma marcante, o contexto das múltiplas desigualdades sociais que vêm caracterizando a história da sociedade brasileira. Se, no Brasil de outrora, a condição de existência da população negra, por exemplo, era encontrada nos marcos da escravidão, da exploração, da pobreza e demais precariedades da vida social, no Brasil da atualidade, a fenomenologia da violência – onde muitos negros estão inscritos – é ilustrativa da persistência dessa desigualdade: homicídios, tentativas de linchamentos, espancamentos públicos, população prisional. Além da violência, por assim dizer, mais explícita, inúmeras são as denúncias sobre discriminações raciais sofridas cotidianamente por mulheres e homens negros. No “mundo virtual”, nos esportes, no comércio, nas ruas, no trabalho, em quase todos os lugares, muitas pessoas negras já sofreram algum tipo de violência atribuída à cor da pele, e, certamente, o universo da educação não se distancia desse contexto. A escola, disse uma educadora, pode ser o pior lugar para uma criança negra⁴.

¹ Pibid Ciências Sociais, DEC/UFRGS. E-mail: celia.caregnato@gmail.com.

² Pibid Ciências Sociais, DEC/UFRGS. E-mail: rosimeriaquinodasilva@gmail.com.

³ Pibid Ciências Sociais, Licenciatura em Ciências Sociais. E-mail: guimsoares@gmail.com.

⁴ Ver estudos de Sara Moitinho (A criança negra no cotidiano escolar)

(file:///C:/Users/Laptop/Downloads/413-1559-1-PB.pdf) 26/12/2015;

<http://www.ceert.org.br/noticias/educacao/>.

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/05/o-desabafo-de-uma-mae-de-filha-negra-e-o-racismo-na-infancia.html>.

Raça e etnia tem sido tema de debate na pesquisa acadêmica, nos movimentos sociais, nos grupos de defesa dos Direitos Humanos e têm sido objeto de políticas públicas. Nas últimas décadas, a questão tem sido tratada por meio de documentos legais⁵ que visam estimular aprimoramento de relações democráticas na sociedade e superação de preconceitos e discriminações raciais.

No que tange ao ensino, a Lei 10.639/2003 trata do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio⁶. As questões étnico-raciais, o racismo, as históricas contradições e conflitualidades que as constituem são temas fundamentais, sobre os quais o subprojeto das Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul procura trabalhar, no âmbito do Programa Institucional de Iniciação à Docência.

Este texto trata da questão abordando, primeiro, a maneira como a ideia de raça aparece historicamente na sociedade brasileira e em interpretações recentes, que culminam em demandas sociais que repercutem na formação de políticas públicas, as quais expressam mudanças no sentido do enfrentamento da desigualdade racial. Segundo, o texto traz à tona autores e referenciais que oferecem subsídios teóricos substanciais para interpretar o tema a partir da ótica de quem vive a desigualdade, ou seja, são autores referenciados ao sul e não ao norte, marcado pelo europeu e branco. Em terceiro lugar, o texto informa atividades práticas desenvolvidas na escola, a fim de contribuir para que o ensino de Ciências Sociais instigue o trabalho sobre o tema das relações étnico-raciais no Ensino Médio.

Raça no Brasil e a necessidade de democracia efetiva

As disparidades entre os grupos sociais brancos e não brancos, em nosso país, saltam aos olhos, e isso está presente no campo das relações materiais, mas também no que tange aos bens simbólicos que a sociedade de consumo torna acessíveis. Assim, desde a frequência à escola e a educa-

⁵ Por exemplo, o Estatuto da Igualdade Racial foi instituído pela Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Tem como objetivo “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. Brasil. Presidência da República. Gabinete da Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm Acesso em 01 dez de 2015.

⁶ Essa lei está embasada no Parecer 003/2004 do Conselho Nacional de Educação.

ção formal, até os empregos e a segurança⁷ pública são elementos que evidenciam diferenças e privilégios dos brancos em relação aos negros.

Uma das principais formas de representação do Brasil, nesse tema, é a ideia de que a miscigenação entre as raças marca a população e a sociedade brasileira e é motivo de orgulho nacional. Com base nela, apresenta-se uma visão positiva sobre a mestiçagem no Brasil, com pretensas relações harmoniosas entre brancos e negros. Especialmente durante os anos 1960, essa ideia tornou-se afirmativa da identidade nacional, período a partir do qual a sociedade brasileira passou a ser vista como mais avançada do que a norte-americana no que tange às relações entre raças. A perspectiva da democracia racial foi adotada amplamente na sociedade e no Estado, a ponto de se tentar subsumir as desigualdades raciais reais que se mantiveram através dos tempos. O fenômeno denominado como mito da democracia racial é uma construção histórica e decorre de um conjunto de condições e relações de dominação. Uma importante obra que evidencia elementos do mito da democracia racial é o livro *Casa Grande e Senzala* (1933) do sociólogo Gilberto Freyre.

A Frente Negra Brasileira⁸, surgida nos anos de 1930, o TEN (Teatro Experimental Negro), fundado em 1944, são movimentos essenciais na luta antirracista brasileira. Ambos contribuíram para a visibilidade dos conflitos raciais no Brasil ao lutarem pelos direitos da população negra em todos os setores da vida social (especialmente político, educacional, artístico e profissional). Nos anos de 1990, os movimentos sociais negros e alguns intelectuais que contestavam a interpretação da democracia racial e que denunciavam as desigualdades raciais passaram a ganhar reconhecimento no âmbito de transformações internacionais. Várias conferências mundiais contra o racismo, como eventos internacionais organizados pela UNESCO, foram realizadas desde 1978, a fim combater o racismo em suas várias formas.

A questão racial no Brasil passou a fazer parte do debate nacional na sociedade, especialmente a partir de 1995 quando houve marcha dos Movimentos Negros, Marcha Zumbi +10. Embora outras medidas governamentais fossem efetivadas até 2003, é neste ano que há a implantação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), com status de ministério.

⁷ Ver: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150926_onu_minorias_negros_hb; http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711.

⁸ Ver: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782008000300008&script=sci_arttext.

As mudanças internas se correlacionavam com eventos e conceitos que se formulavam externamente à nação, como, por exemplo, a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em 2001, em Durban, África do Sul, quando o governo brasileiro se posicionou a favor da adoção de políticas públicas que venham a favorecer grupos historicamente discriminados no Brasil.

No campo da educação, a Lei 10.639/2003 está em processo de implantação e remete para a necessidade de estudos e de aprimoramentos práticos que deem conta de conhecer história, mas também de tomar posição política frente à desigualdade étnico-racial. Entretanto, apesar dos avanços registrados, a sua efetivação no ambiente escolar ainda necessita ser aprimorada. Isso não ocorre, senão de forma interligada àquilo que ocorre na sociedade.

Guimarães (2003), discutindo o conceito de raça em Sociologia, trata da distinção entre conceitos teóricos e nativos, mostrando traços importantes da sociedade brasileira. A classificação habitual usada pelas pessoas em sociedade tem como referência a cor da pele. Se os europeus se definem ou foram definidos como brancos, no contato com os outros, várias outras cores de pele foram sendo definidas ou identificadas pelo discurso vigente, como amarelos, negros, etc.

Diferentemente da experiência dos Estados Unidos, na qual a categoria raça se manteve historicamente como a referência cotidiana para as pessoas, no Brasil a noção de cor se tornou meio de classificação usado para interpretar e organizar as referências sociais, distinguindo indivíduos no que se relaciona ao conceito de raça. Portanto, devido ao processo de miscigenação, as classificações mais usadas, além de negro e branco, são, por exemplo, mulato, pardo, moreno, entre outras variações.

O uso da palavra raça, conforme Guimarães (2003), vai sofrendo transformação nas últimas décadas no Brasil. Depois da Segunda Grande Guerra, frente aos genocídios e ao holocausto, de fato, há esforço no sentido de negar a existência de raças por cientistas de diferentes áreas das ciências naturais e também sociais.

Se somos biologicamente uma só raça, socialmente a noção de raça nos remete para uma categoria de grande importância, na medida em que explicita lugares de poder. Portanto, estamos falando de uma noção que é constituída em termos histórico-sociais e é nesse sentido que ela é válida.

Quando tratamos do tema das relações étnico-raciais na educação escolar no Brasil, é importante termos como referência estudos e autores

que discutam o problema a partir de experiências e pesquisas que tenham como referência aqueles que refletem mais próximos da complexidade da desigualdade racial. É o que faremos no próximo tópico.

Relações étnico-raciais a partir de autores no Brasil

A Educação Básica tem forte influência na sociedade contemporânea. De forma sucinta, podemos dizer que a escola trabalha na socialização das sucessivas gerações através do contato com saberes e conhecimentos acumulados ao longo da história recente. Entre seus objetivos, está a difícil tarefa de repassar e consolidar valores ocidentais tradicionais – cidadania, democracia, respeito às diferenças, etc. – aos jovens ao mesmo tempo em que se relaciona com inovações e transformações sociais. Essa trama de relações entre conservar e transformar é extremamente complexa. Nesse contexto está inserido o tema das relações étnico-raciais e a Lei 10.639 já citada.

No intuito de aprofundar o debate, as diretrizes curriculares estabelecem a possibilidade de trazer a temática afro-brasileira e africana ao cotidiano escolar. Ao estabelecer o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira de forma transversal – o que significa que nenhuma disciplina fica exclusivamente encarregada do tema – a lei reforça a urgência e a legitimidade de se abordar o assunto. Entretanto, muitas escolas não conseguem construir esses espaços de aprendizagem sobre a questão africana e afro-brasileira.

O que muitas vezes acontece é a escola tratar de temáticas não hegemônicas de forma eventual e estanque, apenas em datas supostamente comemorativas. Esse currículo turístico (SANTOMÉ, 2009) acaba reforçando a imagem de estereótipos. Dessa forma, a escola torna-se uma instituição de grande força no que se refere à manutenção do status quo, reproduzindo discriminações presentes no contexto nacional.

Mesmo existindo produções sobre a temática africana e afro-brasileira, a Sociologia/Ciências Sociais ainda é fortemente ancorada no modelo europeu. As abordagens afro-brasileiras ficam concentradas em pesquisas acadêmicas, sem conseguir superar a lacuna temporal entre produção científica e a transposição desse conhecimento para a Educação Básica. A grande questão é que a escola – assim como o sul do planeta – é vista como não pensante. A produção de conhecimento legítimo encontra-se apenas na academia. Nesse sentido, a escola trabalha com o produto da ciência e não através de um processo investigativo e com referenciais locais. Se observar-

mos os currículos de Sociologia/Ciências Sociais de muitas das universidades brasileiras, veremos que ainda estão fortemente ancorados em teorias sociológicas clássicas, que têm por berço as experiências do continente europeu.

Para que seja viável um deslocamento e o aprofundamento em uma investigação que aborde relações étnico-raciais e a questão afro-brasileira, é indispensável voltar-se, também, para produções teóricas ao sul do planeta. Autores brasileiros fizeram diversas abordagens sobre a temática afro-brasileira.

Abdias do Nascimento, através da obra “O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista” (1980), propõe uma mobilização política à população afro-brasileira, no sentido de estabelecer uma sociedade pluricultural. Assim, Abdias fornece instrumentos para uma análise no âmbito político-institucional e é propositivo no que diz respeito às relações entre populações de origem africana e o Estado brasileiro. O trabalho de Abdias do Nascimento é de fundamental importância para o movimento negro no Brasil – dentro e fora da universidade.

Kabengele Munanga também é um importante pesquisador da área. Sua produção revisita o mito da democracia racial brasileira. Por meio de uma abordagem histórico cultural, consegue elencar as principais características importadas e ainda presentes no pensamento social brasileiro, principalmente no que diz respeito à mestiçagem. Além disso, Munanga alerta sobre as consequências de uma educação eurocêntrica, que não oferece o cuidado necessário quando se trata de relações interétnicas. Ele adverte:

Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito da democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade (MUNANGA, 2005, p. 15).

Em outras palavras, é preciso compreender o modelo de educação importado ao Brasil e, assim, voltar-se para questões locais que, consequentemente, demandam resoluções locais.

Lilian Pacheco, por meio da pedagogia griô (2015), opera conceitos como ancestralidade e circularidade que buscam, nas raízes dos saberes tradicionais afro-brasileiros e ameríndios, contemplar diferentes formas de produção de conhecimento no interior das instituições de ensino. Práticas

educacionais fundamentadas nas raízes da ancestralidade brasileira podem contribuir na busca de uma democracia racial efetiva.

Renato Nogueira (2010) aposta no afrocentrismo como caminho para uma educação pluriversal, ancorada na filosofia africana e afro-brasileira. O afrocentrismo surge como um pensamento descolonizador, como enunciava Asande:

Afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos (ASANDE, 2009).

Nogueira também faz menção ao conceito de oralidade, que seria a forma pela qual povos africanos conseguem manter e transmitir valores civilizatórios tradicionais das regiões às sucessivas gerações sem a necessidade da escrita. Porém, é necessário frisar que, apesar da tradição oral ser bastante relacionada aos povos africanos, a escrita também faz parte da história de povos do continente. Portanto, “ler a tradição griot, situando o papel da palavra. Articular língua oral e a língua escrita, avaliá-las sem hierarquizações” (NOGUEIRA, 2010) é essencial nos espaços educacionais.

O conjunto de perspectivas teóricas aqui apresentadas inspiram nosso trabalho em sala de aula. A seguir informaremos sobre experiências pedagógicas que explicitam o esforço por construir, em conjunto com alunos do Ensino Médio, conhecimentos e compreensões que tenham a problematização das relações étnico-raciais como centro, com especial atenção às questões do negro.

Possibilidades de atividades sobre relações étnico-raciais para a educação escolar e para o ensino de Sociologia

O PIBID Ciências Sociais tem pensado algumas atividades que contemplem o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, a fim de abordar conceitos como alteridade, identidade, diferença, cultura, raça e etnia. Listamos algumas atividades práticas que possibilitam abordagens na temática étnico-racial, tanto a partir do ensino de Sociologia dentro da sala de aula como também em atividades para a escola em um contexto mais abrangente, que transcenda a sala de aula.

A oficina de confecção de Máscaras Africanas, por exemplo, exige material barato e trabalha de forma lúdica ao mesmo tempo em que traz valores civilizatórios africanos. Com balões, papel de jornal, cola e tinta, é

possível criar máscaras e desafiar os estudantes a pensar valores simbólicos que as máscaras, construídas por eles, representam. Também pode ser feita uma exposição das máscaras, para que toda a comunidade escolar tenha a oportunidade de ter contato com a temática.

O projeto Territórios Negros, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a Carris, Gabinete de Políticas Públicas para o Povo Negro (GPN) e a Procempa, consiste em transmitir informações sobre a cultura e o modo de vida dos afrodescendentes no município de Porto Alegre. O ônibus Territórios Negros passa pelos seguintes locais: Largos Glênio Peres e da Força (Praça Brigadeiro Sampaio), o Pelourinho (Igreja Nossa Senhora das Dores), o Mercado Público, o Campo da Redenção (Parque Farroupilha), a Colônia Africana (Bairros Bom Fim e Rio Branco), a Ilhota (perto do Centro Municipal de Cultura e da avenida Érico Veríssimo) e o Quilombo do Areal da Baronesa (Travessa Luiz Guaranha); o roteiro encerra no Largo Zumbi dos Palmares. Todos esses locais são reconhecidos como territórios de ocupação e constituição negra. Por conta da grande procura por parte das escolas de Porto Alegre, uma escola na qual desenvolvemos atividade do PIBID Ciências Sociais, Escola Estadual Padre Réus, organiza o passeio de forma autônoma, isto é, aluga um ônibus, e os próprios professores fazem o trabalho de guia durante o passeio.

Em atividade que se executa com caráter de pesquisa escolar, os alunos precisaram investigar sobre diferentes civilizações. Foram escolhidos quatro grupos que foram divididos entre os estudantes: povos africanos, árabes, ocidentais e ameríndios. O principal objetivo era desconstruir os estereótipos e mostrar a complexidade presente em todos esses povos. Começando pelos povos africanos, trabalhando a noção de um continente diverso e repleto de pluralidade, indo contra a ideia facilmente reproduzida de que a África é um país. Além disso, os povos árabes também fazem parte da África, o que causou estranheza em alguns estudantes. Na mesma linha, foi trabalhada a diversidade entre os povos ameríndios. Já os povos ocidentais foram trabalhados de forma que ficasse explícita a influência de povos africanos e ameríndios em alguns territórios como a América do Sul, por exemplo.

Uma atividade que ainda está em desenvolvimento é o diálogo entre estudantes da escola Padre Réus, de Porto Alegre, com estudantes da escola Estrela Vermelha, localizada em Maputo, Moçambique. O diálogo surgiu com o contato de uma professora de Moçambique que está realizando pós-graduação no Brasil. O PIBID Ciências Sociais, em conjunto com o

subprojeto de Filosofia, elencou algumas dúvidas gerais que alunos daqui têm em relação a Moçambique. Feito isso, elaboramos perguntas que foram gravadas em vídeo e enviadas pela rede social Facebook aos estudantes moçambicanos. Assim que possível, receberemos as respostas a nossas perguntas e também dúvidas sobre o Brasil, para respondermos aos estudantes da escola moçambicana.

Uma das atividades que mais movimentou a escola e consegue dialogar com a comunidade escolar como um todo é realizada por um dos professores⁹ de Geografia da escola. No início do mês de novembro, é feita, através de um aplicativo, uma eleição com a biografia de diversas personalidades negras da história do Brasil. O vencedor ou vencedora substituirá o nome Padre Réus durante a semana da consciência negra. A troca simbólica do nome faz com que não apenas estudantes conheçam a história desses personagens como também toda a comunidade do entorno da escola. Já foram escolhidos os nomes de E.E.E.M. Zumbi dos Palmares, E.E.E.M. Pai Xangô e E.E.E.M. Dandara dos Palmares. Os nomes são expostos na entrada da escola, podendo ser vistos por quem passa em frente à instituição.

Todas essas atividades têm como objetivo principal proporcionar aos alunos contato com a história, as tradições e a cultura africana, possibilitando que os mesmos estabeleçam relações com a vivência do povo negro na sociedade atual. Além disso, oportunizam situações para que os alunos se percebam e se reconheçam como sujeitos socioculturais, principalmente no que se refere aos marcadores étnico-raciais. O combate às discriminações étnicas e racismo é um processo constante e deve desenvolver a sensibilidade para exercitar a alteridade através do respeito às diferenças.

Nesse sentido, o empoderamento dos alunos e alunas passa não apenas por símbolos, como as máscaras africanas, mas também pela valorização de uma identidade com força política, ancorada em personalidades históricas – como Zumbi e Dandara – e fundamentada em intelectuais negros já citados: Kabengele Munanga e Renato Nogueira. Além disso, a abordagem dessa temática através de intelectuais negros locais como Abdias do Nascimento, Oliveira Silveira, Milton Santos, Carolina de Jesus e de renome internacional como Chimamanda Adichie, Stuart Hall, Frantz Fanon e Molefi Asande (para citar alguns) ganha legitimidade no imaginário dos estudantes.

⁹ Professor Rafael Oliveira de Souza: prof.rafael.souza@gmail.com.

Obras como *Pode o Subalterno Falar?* (SPIVAK, 2014), *O Universalismo Europeu* (WALLERSTEIN, 2007), *A Colonialidade do Saber* (LANDER, 2005), entre outras, destacam a importância da localidade de autores. Nos últimos anos, o local de enunciação ganhou muita relevância nas Ciências Sociais. Portanto, a demanda por intelectuais locais não existe apenas por parte de uma identidade nacional que necessita superar o mito da democracia racial, mas também no campo das discussões teóricas internacionais da Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

Referências

- ASANDE, Molefi. *Afrocentricidade: notas para uma posição disciplinar*. In: DOMINGUEZ, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da Educação. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/08.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2016.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun., 2003.
- LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC, 2005.
- NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- NOGUEIRA, Renato. Afrocentricidade e educação: os princípios gerais para um currículo afrocêntrico. *Revista África e Africanidades*, 2010.
- PACHECO, Lillian. A Pedagogia Griô: educação, tradição oral e política da diversidade. In: Dossiê Pedagogia Griô. *Revista Diversitas*. São Paulo: USP, 2015.
- SANTOMÉ, Jurjo. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.